

Galvão se retrata aos ministros do TSE

Frente de oposição pede ao tribunal que seu presidente se pronuncie hoje em TV

Ana Paula Macedo

● **BRASÍLIA.** Para preservar a credibilidade do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e afastar qualquer desconfiança sobre a lisura na condução das eleições gerais, o presidente do tribunal, ministro Ilmar Galvão, aproveitou ontem o início da sessão plenária para dar explicações à Casa e ao eleitorado de que em nenhum momento recomendou a reeleição do presidente Fernando Henrique.

Antes de julgar processos, Galvão pediu licença aos outros ministros e leu nota em que voltou a explicar sua declaração ao jornal "Folha de São Paulo", assinalando que, longe de fazer uma declaração de voto, apenas especulou sobre os motivos que levaram o

Congresso a aprovar a emenda da reeleição. As declarações provocaram mal estar em partidos, Justiça Eleitoral e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que cobraram esclarecimentos.

Frente de oposição pede pronunciamento em rádio e TV

— Em verdade, cheguei a manifestar a opinião de que a aprovação da reeleição resultou, possivelmente, do fato de haver a questão sido colocada, perante o Congresso Nacional, como indispensável à consolidação do plano econômico que estava sendo implantado no país. Simples especulação ligando o instituto da reeleição ao modelo econômico neoliberal, sem contar qualquer afirmação de preferência, de mi-

nha parte, quer pelo citado plano, quer pela eleição de qualquer candidato — disse Galvão.

Para o candidato à Presidência pelo PT, Luiz Inácio Lula da Silva, o episódio não está encerrado. A nova retratação de Galvão — que já comentara o assunto domingo — foi considerada insuficiente para restabelecer a normalidade do processo eleitoral. A coligação que apóia Lula pediu ontem ao TSE que em 24 horas — portanto, hoje — Galvão faça pronunciamento à nação em rede de rádio e TV para esclarecer o eleitorado e restituir o equilíbrio da disputa. Caso contrário, a oposição pediria a suspeição de Galvão.

O episódio foi motivo de conversas no TSE e no Supremo Tribunal Federal (STF). E foi discuti-

do pela comissão de Defesa da Ética na Política do Conselho Federal da OAB. Em nota oficial, a comissão considerou as declarações de Galvão infelizes e concluiu que só o presidente do TSE poderá avaliar se o episódio compromete a imparcialidade de sua atuação.

Petição diz que Galvão deve ser afastado de processo político

Adiantando a disposição de pedir a suspeição de Galvão, o pedido feito ontem pela coligação de oposição ao TSE assinala que, como árbitro da disputa presidencial, o ministro está impedido de tomar partido de quaisquer candidaturas, sob pena de ter que se afastar do comando do processo. ■